



Pessoal Inativo e Pensionistas	79.0990	607	79.707
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	79.099	607	79.707
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	0	0	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	84.772	834	85.606
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	12.602	822	13.424
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	72.171	12	72.182
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	257.164	131	257.295
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			552.733.063
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,046526%	0,000024%	0,046550%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,104329%		576.661
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,099113%		547.828

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial			
Despesas de Exercícios Anteriores	4.356	534	4.890
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.241	8	9.249
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	100.075	119	100.194
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			552.733.063
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	0,018105%	0,000022%	0,018127%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,037725%		208.519
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,035839%		198.093

Fonte: SIAFI GERENCIAL - CDCAN/SEORF/TRT 10ª Região

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 4.363.087,59 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 77.302,20.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 3.958.364,92 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 495.934,11.

4) Despesa Liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 1.171.406,39.

5) Do montante das "Demais Despesas com Pessoal Ativo", R\$ 39.838.454,67 correspondem a contribuição patronal para o RPPS e R\$ 176.441,28 a contribuições previdenciárias ao INSS.

6) O montante na conta 19514.02.00 - Outros cancelamentos de RP, no Grupo de Despesa 1, no período de janeiro a agosto/2011, é de R\$ 357.237,14.

Des. RICARDO ALENCAR MACHADO
Presidente do Tribunal

SÉRGIO LUIZ BARBOSA VARGAS
Diretor-Geral Administrativo

GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS
Ordenador de Despesas

WAGNER AZEVEDO DA SILVA
Diretor de Controle Interno

19ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.122, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, usando de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XIX do Art. 22 do Regimento Interno, e considerando o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e Lei nº. 12.309 de 09 de Agosto de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011) c/c o art. 5º, inciso I da Lei nº. 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais). Resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

DESª VANDA MARIA FERREIRA LUSTOSA

ANEXO

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1 1 3.672	661	1 1 4.333
Pessoal Ativo	102.804	403	103.207
Sentenças Judiciais sem precatório (do próprio Órgão)			-
Sentenças Judiciais com precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)			-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	102.804	403	103.207
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.868	258	11.126
Sentenças Judiciais sem precatório (do próprio Órgão)			-
Sentenças Judiciais com precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)			-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	10.868	258	11.126
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ do art. 19 da LRF) (II)	1 3.597	542	1 4.139

Fonte: SIAFI 2010 E 2011 - SCAN/SOF - TRT 19ª REGIÃO

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processadas são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas com precatório com administração direta: despesas liquidadas R\$ 335 mil.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV): despesas executadas R\$ 31 mil.

4) O valor referente a destaques recebidos para pagamento de precatórios da administração indireta foi de R\$ 59 mil.

5) Do montante de R\$ 661 mil inscritos em restos a pagar, foi cancelado o total de R\$ 34 mil.

Desª VANDA MARIA FERREIRA LUSTOSA
Presidente do Tribunal

GUILHERME ANTÔNIO FEITOSA FALCÃO
Ordenadora de Despesas

ANARDINO JOSÉ CANCIO
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

SHEILA SANTOS ROLIM
Diretora do Serviço de Controle Interno

20ª REGIÃO

ATO Nº 145, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve,

Determinar a publicação, no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54 c/c 55, I, "a", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na forma do anexo único a esta Portaria.

JORGE ANTÔNIO ANDRADE CARDOSO

ANEXO ÚNICO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

DESPESA COM PESSOAL	R\$ Milhares		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c)=(a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	98.548	172	98.720
Pessoal Ativo	89.088	168	89.256
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	89.088	168	89.256
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.460	4	9.464
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-1	0	-1
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	9.461	4	9.465
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, §1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art 19, §1º da LRF) (II)	15.659	160	15.819
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	7.229	156	7.385
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.430	4	8.434
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	82.889	12	82.901
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			552.733.063
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100	0,014996%	0,000002%	0,014998%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,026889%			148.624
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,025545%			141.193

Fonte: SIAFI E SOF/TRT 20ª REGIÃO-SE

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: